

# Clipping



TRIBUNAL DE CONTAS DO  
ESTADO DE GOIÁS

Notícias do dia 15 de agosto

# Renúncia fiscal do Estado de Goiás ultrapassará R\$ 9 bilhões em 2021

A renúncia de receita do Estado de **Goiás** vai ultrapassar R\$ 9 bilhões em 2021, segundo previsão da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), sancionada pelo governador Ronaldo Caiado (DEM) na semana passada. Mesmo com as medidas do atual governo e recomendações do **Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO)** e da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Assembleia Legislativa para frear incentivos fiscais, o volume de benefícios ao setor econômico em **Goiás** segue entre os maiores do País.

A previsão para 2020 era de R\$ 8,2 bilhões, mas já alcançou R\$ 8,47 bilhões nos dados atualizados pela Secretaria Estadual de Economia (Secon). O POPULAR mostrou no ano passado que, na relação de 11 Estados com maior crise financeira estimada para 2020, **Goiás** registrava o maior volume em renúncia fiscal. Rio de Janeiro e Minas Gerais tinham previsões de renúncias de R\$ 7,38 bilhões e R\$ 7,14 bilhões, respectivamente, com arrecadações muito superiores.

A Secon afirma que, embora o valor das renúncias tenha aumentado em termos nominais, ao longo dos anos, proporcionalmente, caiu. "O ano de 2019 foi marcado por uma queda significativa na proporção das renúncias em comparação às receitas, em decorrência das medidas do governo. A estimativa para 2021 é de uma pequena elevação (apenas 1 ponto porcentual) das renúncias, comparado aos anos de 2019 e 2020, em razão do retorno do percentual dos benefícios fiscais, relacionados no § 3º do art. 3º da Lei nº 20.367/18, aos patamares originalmente concedidos, mas ainda assim, permanecendo em proporções inferiores aos anos de 2017 e 2018", diz nota da pasta.

A Secon refere-se a "pequena elevação" ao comparar o percentual da renúncia sobre a arrecadação tributária (veja quadro). A pasta destaca que reduziu em 3 pontos percentuais essa proporção no primeiro ano do governo Caiado e depois manteve o cenário estável, com a variação de 1 ponto porcentual prevista para o ano que vem. A estimativa da LDO para 2022 e 2023 é de R\$ 9,58 bilhões e R\$ 10,16 bilhões de renúncia de receita, respectivamente.

Desde a eleição, em outubro do ano passado, o governador tem buscado a revisão dos benefícios fiscais, que são isenções ou reduções de impostos para aquecer a economia, promover o desenvolvimento e, em consequência, garantir o aumento da arrecadação. Ainda na transição de governos, em dezembro de 2018, houve aprovação de lei e decreto de reinstauração de incentivos e benefícios e revogação de parte deles. Outras quatro leis entraram em vigor depois disso.

Em junho, foi sancionada a lei (20.787/2020) que criou o Programa de Desenvolvimento Regional (ProGoiás), aprovada pela **Alego** após meses de negociações com o setor produtivo. Os termos agradaram a maior parte, porque desburocratiza a **concessão** de benefício fiscal. Para atrair a adesão dos empresários que contam com os benefícios dos programas Produzir e Fomentar, o ProGoiás reduziu o percentual de contribuição para o Fundo de Proteção Social do Estado (Protege), cobrado mensalmente de quem possui benefício.

A Secon diz que as mudanças na legislação tiveram como objetivo "eliminar excessos e consequentemente reduzir a renúncia de receita, de forma pontual e preservando a competitividade do produto goiano".

A nota da Secon, assinada pela secretária Cristiane Schmidt, diz que "qualquer medida que vise à redução dos benefícios fiscais deve ser prudente e levar em consideração os possíveis efeitos negativos associado a ela, como a migração de empresas para outros Estados, ou perda de mercado - em função da perda de competitividade - e, consequentemente, redução da arrecadação de impostos em função da redução do faturamento".

Ela afirma ainda que **Goiás** esteve alinhado com outros Estados em articulações no Congresso Nacional para a aprovação da Lei Complementar nº 160/17, "não só para dar segurança jurídica para os contribuintes estabelecidos no Estado de **Goiás**, mas também, para prever a possibilidade de redução gradual dos

incentivos fiscais por todas as unidades da Federação, evitando-se assim a migração de empresas para outras unidades da Federação que não realizassem a redução dos incentivos".

Em dados gerais dos Estados, **Goiás** foi o segundo em renúncia fiscal em 2018 e 2019, perdendo apenas para o Amazonas, que tem a Zona Franca de Manaus, segundo dados divulgados pelos Estados. Na LDO, nota técnica assinada por técnicos da Secon afirma que não há padronização no cálculo de renúncia de receita e, por isso, há imprecisão nas comparações. "As várias comparações publicadas na imprensa sobre os Estados que mais renunciavam apontando **Goiás** como um dos primeiros, não merecem crédito. Não se pode comparar algo sobre o qual sequer existe uniformidade."

O setor produtivo alega que renúncia fiscal não existe, já que demonstra previsão daquilo que o Estado deveria cobrar das empresas que não se instalariam em **Goiás** sem os incentivos fiscais, e critica as investidas do governo estadual contra os benefícios.

A receita estimada para 2020 é de R\$ 31,4 bilhões e a despesa de R\$ 31,5 bilhões. A LDO apresenta as metas e as prioridades da administração pública, mas os dados podem ser revistos na Lei Orçamentária Anual para 2021, que será apreciada neste segundo semestre.

#### Recomendações

Concluída em março deste ano, a CPI que investigou **concessão** de incentivos fiscais criticou no relatório final a falta de medidas de compensação para a renúncia de receita do Estado. O documento informou que **Goiás** abrirá mão de R\$ 23 bilhões de ICMS nos próximos três anos.

As críticas aos programas de incentivos começaram a se intensificar em outubro de 2017, quando o **TCE-GO** determinou à Secretaria da Fazenda (agora Secon) a revisão da política de renúncia fiscal praticada pelo Estado, apontando que era a maior renúncia proporcional do Brasil. O **conselheiro Sebastião Tejota** concedeu, à época, 30 dias para o Estado tomar providências para reduzir a renúncia em, no mínimo, 12,5%. Mais tarde, houve acordo para redução de 9%.

Ao final de 2018, depois da eleição de Caiado, Tejota, que é pai do vice-governador Lincoln Tejota (Cidadania), apresentou relatório reforçando a determinação de redução dos incentivos e chegou a propor multa em caso de descumprimento.

**Site:** <https://www.opopular.com.br/?date=20200815&renderAsFlip=flip&caderno=OPOPULAR&edicaoAberta=false>